

**A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(PNRS) NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Temática do Trabalho: Engenharia da sustentabilidade (ES)

Bárbara Moreto Pereira⁽¹⁾

Graduanda em Engenharia de Produção

Gisele de Lorena Diniz Chaves⁽²⁾

Doutora em Engenharia de Produção

Endereço ⁽¹⁾⁽²⁾: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo, Departamento de Engenharias e Tecnologia (DETEC), Curso de Engenharia de Produção, Subprojeto de Iniciação Científica. Rodovia BR 101 Norte, Km 60, Bairro Litorâneo, CEP, São Mateus, Espírito Santo, Brasil. Phone/Fax: 55 27 3312-1710. E-mail: ⁽¹⁾ barbaramorettop@gmail.com ⁽²⁾ gisele.chaves@ufes.br

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Pública, Termo de Compromisso Ambiental, Implementação de Políticas Públicas, Gestão de Resíduos Sólidos, Capacidades Administrativas.

Introdução: Atualmente, são mais de 190 milhões de brasileiros gerando resíduos. Em 2014, aproximadamente 79,6 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) foram gerados no país (ABRELPE, 2014). Nesse sentido, o Governo Federal elaborou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Gerir esses resíduos, exige o envolvimento de diversas secretarias municipais, depende de recursos financeiros, necessita de fiscalização constante (Santiago & Dias, 2012), e da união de elementos políticos. Apesar de ser uma norma legal bem estruturada, os municípios enfrentam dificuldades em implantar as exigências da PNRS em nível local (Chaves et al. 2014).

Material & Métodos: O objetivo do presente estudo é verificar a eficiência da implantação da PNRS no Espírito Santo, averiguar se as exigências impostas pela lei foram cumpridas nos prazos estabelecidos e checar as capacidades administrativas dos responsáveis pela sua implantação.

Inicialmente, revisou-se a legislação com base na Lei Nº 12.305/10. Durante todo o projeto, os Termos de Compromisso Ambiental (TCA), foram acompanhados por meio da plataforma *Web* da AMUNES (Associação dos Municípios do ES). Elaborou-se um questionário referente às capacidades administrativas na gestão de RSU, enviado via *e-mail* para as amostras, contatadas também via telefone. Entretanto, somente 22 dos 78 municípios responderam ao questionário. Por último, foram comparados os dados obtidos nos questionários, com os do andamento dos TCAs.

Resultados & Discussão: No ES, existe um Termo de Compromisso Ambiental, onde os municípios se comprometem a realizar as propostas da PNRS, dentro de prazos pré-

estabelecidos. Existem dois TCAs: (i) Plano de Resíduos Sólidos, e (ii) Recuperação dos Lixões.

O TCA de recuperação dos lixões, consolida ações e procedimentos necessários a adequação do Sistema de Destinação Final de Resíduos Sólidos nos municípios. Como cada área degradada é distinta, este TCA não é padronizado entre os municípios. Já no de Resíduos Sólidos, cada cidade concorda em dispor os resíduos em local adequado, executando seu próprio plano (AMUNES, 2014).

Em janeiro de 2014, 64% dos municípios não haviam iniciado a implantação das cláusulas do TCA, e em dezembro, essa quantidade reduziu para 24%, o que pode ser explicado pelas reuniões de acompanhamento, em que os órgãos competentes fiscalizam a “prestação de contas” dos termos, por meio de relatórios e acompanhamento *in loco*. As exigências finalizadas no início e no final do ano, correspondem respectivamente à 29% e 66%. No entanto, nem todas foram validadas pelos órgãos competentes (não foram efetivamente cumpridas) (AMUNES, 2014). Ao invés da quantidade de itens em andamento ter diminuído, ela aumentou de 7% para 10%.

A segunda etapa, mostrou que 34% dos servidores não possuem um ensino superior completo. Dentre os que possuem, a maioria é formada em áreas que envolvem resíduos sólidos, tais como Biologia, Engenharia Ambiental e Técnico em Gestão Ambiental. Na formação dos secretários, notou-se que cerca de 14% possuem apenas o ensino médio e aproximadamente 40% são formados em áreas distintas do cargo em que atuam.

Mais de 50% dos funcionários ocupam cargos comissionados e 24% são contratados, totalizando cerca de 74% do vínculo empregatício, e os servidores com até um ano no cargo, representam um total de 33%.

Aproximadamente 78% dos municípios possuem uma associação de catadores de materiais recicláveis. Apenas duas associações ainda não estão em funcionamento, por falta de estrutura física ou porque espera a chegada de equipamentos. O restante encaminha os recicláveis para associações de cidades vizinhas, ou vendem.

Em três municípios, não há PEV'S (pontos de entrega voluntária). Dentre esses, um já definiu os pontos de instalação junto à comunidade, faltando somente sua implantação. Com relação ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

(PMGIRS), cerca de 23% dos municípios ainda não o iniciaram e 19% ainda estão elaborando o Termo de Referência.

As cidades brasileiras tiveram um período de 4 anos para implementar a PNRS, porém, nenhuma delas ainda conseguiu adequar-se totalmente à legislação. Segundo os municípios analisados, faltam recursos financeiros e o tempo estipulado para efetivação desta política é insuficiente.

Considerações Finais: Se avaliarmos a gestão de RSU, anterior a PNRS e aos TCAs, são notáveis os avanços, porém, ainda há muito o que melhorar. Tal mudança não é imediata, exige grandes investimentos e esforços para que a implementação da política ocorra em tempo hábil. Essa falta de investimento reflete a dificuldade de execução da lei. Geralmente, os municípios de pequeno porte são os que mais dependem de recursos das esferas governamentais, por possuírem uma baixa geração de receitas.

A pesquisa revelou que as cidades enfrentam e ainda enfrentarão dificuldades em atender as exigências da PNRS. É preciso estudos quanto à qualificação dos recursos humanos, e das necessidades financeiras e tecnológicas, porque não existe uma avaliação das capacidades administrativas municipais, relacionando essas principais dificuldades.

Agradecimentos: Às cidades que responderam ao questionário.

Referências Bibliográficas: Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE (2014) – Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. São Paulo, Brasil. <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>

Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo – AMUNES (2014) – Ata da Reunião TCA – Nova Venécia 2014-04-02. Sistema de Acompanhamento dos TCA. Vitória, ES, Brasil. <http://www.amunes.com.br/tca.php>

Chaves, G.L.D.; Santos Jr., J.L.; Rocha, S.M.S. (2014) – The challenges for solid waste management in accordance with Agenda 21: A Brazilian case review. Waste Management & Research, 32(9): 19-31. DOI: 10.1177/0734242X14541987

Santiago, L.S.; Dias, S.M.F. (2012) – Matriz de indicadores de sustentabilidade para a gestão de resíduos sólidos urbanos. Engenharia Sanitária Ambiental (ISSN 1413-4152), 17(2):203-212, Feira de Santana, BA, Brasil. <http://www.scielo.br/pdf/esa/v17n2/a10v17n2.pdf>